

## SENADO

# Mesmo com obstrução, regimento é adaptado

FOTOS: CECE

Em uma tumultuada sessão extraordinária que começou pela manhã, os líderes do PMDB, PFL e PDS conseguiram vencer a obstrução sistemática do senador Itamar Franco (PL/MG) e aprovaram o projeto de resolução que prevê a reformulação do Regimento Interno do Senado, compatibilizando o seu funcionamento com os trabalhos da Constituinte. Com algumas modificações no projeto original, resultado de um acordo dos três líderes, o substitutivo aprovado condiciona o funcionamento do Senado quase que exclusivamente ao atendimento de mensagens ou decretos remetidos pelo Executivo, já que os projetos dos parlamentares ficarão engavetados enquanto não for promulgada a nova Constituição.

Este inclusive, foi um dos pontos mais criticados por senadores de todos os partidos. Outro artigo polêmico é o que trata das comissões técnicas permanentes, que não serão instaladas. A princípio só seriam designadas as comissões de Fiscalização e Controle, além da Diretoria, já formada pelos membros da mesa do Senado. Mas ontem, durante o processo de instrução do projeto, os senadores resolveram acatar uma emenda subscrita por Maurício Correia (PDT), Pompeu de Souza (PMDB) e Meira Filho (PMDB), garantindo também o funcionamento normal da Comissão do Distrito Federal, que atua como o Legislativo de Brasília.

Marcada para iniciar às 10 horas, somente às 13:55 — cinco minutos antes do início da Constituinte — o presidente da mesa, Humberto Lucena, conseguiu colocar o projeto em votação, vencendo a obstrução de Itamar Franco que in-



Muita negociação para aprovar o texto



Itamar Franco (E) comanda a obstrução

sistia em adiar a sua aprovação, por não concordar com o artigo que suspende o recebimento ou apreciação de projetos encaminhados por parlamentares durante a Constituinte. Alegando ser um mecanismo de "flagrante inconstitucionalidade", ele argumentou que se aprovado, o Senado deixaria de existir, dando poderes para que somente o presidente José Sarney legisle no País durante o funcionamento do Congresso Constituinte.

— O próprio Senado processou um golpe contra os parlamentares, cassando-lhes o direito de apresentar seus projetos — disse o senador mineiro.

Os únicos projetos de leis que poderão tramitar no Senado no período de elabo-

ração da Constituição, são os previstos no artigo 42 do atual texto constitucional que diz: "Compete privativamente ao Senado Federal propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos". Entre muitos senadores, Hélio Gueiros, eleito governador do Pará pelo PMDB, considerou este artigo absurdo, "um verdadeiro golpe mortal contra o próprio Senado".

— A realidade é que sempre existiu uma pressão do Executivo em cima do Legislativo, e da Câmara sobre o Senado — protestou Gueiros — e todos sabem que o presidente da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, não queria o funcionamento do

Senado. Ou funcionamos normalmente com todas nossas prerrogativas, fazendo uma confrontação, ou seremos tragados pelos acontecimentos.

Apesar da obstrução e dos protestos contra a não instalação das comissões permanentes do Senado, e da suspensão dos projetos dos parlamentares, o projeto de resolução que modifica o Regimento Interno foi aprovado com atropelo, apressadamente e sem discussão, em regime de urgência urgentíssima. Os líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, PFL, Carlos Chiarelli do PDS, e Jarbas Passarinho, temiam que, se deixassem para aprovar o regimento de funcionamento do Senado depois que a Constituinte se reunisse à tarde para aprovar o seu regimento definitivo, os senadores fossem obrigados a se submeter a alguns de seus dispositivos que não concordassem.

Assim, com a aprovação do projeto de resolução, ficou definido ainda que o Senado vai realizar sessões ordinárias todas as segundas-feiras, e extraordinárias sempre que necessário, em horários não coincidentes com a reunião da Constituinte. Na sessão de ontem foram requeridas abertura de duas CPIs. Uma, de autoria do senador José Ignácio Martins (PMDB-ES) sobre a dívida externa, e a segunda requerida pelos líderes dos partidos sobre os efeitos internos e externos da suspensão do pagamento dos encargos da dívida. Uma nova sessão extraordinária foi convocada para hoje, às 10 horas, quando deverão ser discutidas mensagens do Executivo indicando nomes para ocupar embaixadas brasileiras em mais de 30 países.